



★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por parte da administração ("Diretoria") da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis materiais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.20. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **(c) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a empresas abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) não exigem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **(d) Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 2.2. As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.3 Investimentos em empresas controladas - Consolidação:** (a) **Controladora:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeitos de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.12). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. (b) **Consolidado:** A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 8 - Investimento em controladas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis do Grupo. **2.4 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior:** Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação suficiente do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa da data das operações). As diferenças de efeito de tradução das referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento. (b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.5 Outros aspectos associados à divulgação:** (a) **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado no novo IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Selvático ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com veto pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2023, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. (b) **Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Companhia não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados nos curto e médio prazos, considerando os estudos e monitoramentos realizados. (c) **Impactos de tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos:** Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos. A Administração da Companhia avaliou os potenciais impactos decorrentes de eventuais tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre a importação de produtos de origem brasileira. Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Companhia continuará monitorando a evolução do tempo e eventual mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa:** i) **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. ii) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de instituições com baixo risco de crédito, apresentando rentabilidade predominantemente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais são registrados pelo valor justo por meio do resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. **2.7 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** (a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratual da ativa financeira e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.18 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, seus fluxos de caixa devem representar apenas pagamentos do principal e de juros. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em "Receitas (despesas) financeiras" juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele deve ser mantido para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, não mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são redescarificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em "Receitas (despesas) financeiras". As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em "Receitas (despesas) financeiras" e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio do resultado dos ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Receitas (despesas) financeiras, no período em que ocorrem." O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. (b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. (c) **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Contas a receber - Financiamentos PRODZ, Valores a receber - repasse FINAME fabricantes, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. (d) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esses ativos financeiros estão registrados na rubrica de Outros créditos. (e) **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou ii. A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos com altriamento ao longo de um período de tempo significativo. A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, e a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou ii) A Companhia nem transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento continua sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). (f) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas descrevem-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de devedores e parcelas de crédito esperadas que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na Nota 4. (g) **Classificação:** Os ativos financeiros são reconhecidos no ativo circulante se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, caso contrário estão apresentados no ativo não circulante. (i) **Passivos financeiros:** (a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, compreendendo, Empréstimos e financiamentos, Financiamentos - FINAME fabricante, Fornecedores, Participações a pagar, Dividendos e juros sobre o capital próprio e parcela do saldo da rubrica de Outras contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, financiamentos - FINAME fabricante, partes relacionadas e dividendos e juros sobre capital próprio. (b) **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. (c) **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Após o reconhecimento de passivos financeiros ao custo amortizado, os passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é dividida entre os passivos financeiros, menos as despesas estimadas para realizar a venda e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia cesta seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. (2.8.1) **Estoque de máquinas de locação destinadas a venda:** São classificados como "Estoque de Máquinas de locação destinadas a venda", no ativo circulante, as máquinas cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo por meio da atividade de locação. Essa condição é considerada atendida quando: (i) as máquinas estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) A Administração está comprometida com a venda da locação destinada a venda; (iii) os custos de manutenção e reparo são menores do que os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual é incorporado ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis

★ continuação



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão rerepresentadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigaçāo Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações incluem exemplos que ilustram de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao risco, mas os principais e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APlicações FINANCEIRAS:

## Controladora Consolidado

	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos em conta-corrente	10.101	19.254	103.189	126.231
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	210.205	99.647	273.062	135.817
Outros	283	172	283	172
<b>Total de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>220.589</b>	<b>119.073</b>	<b>376.534</b>	<b>262.220</b>
Aplicações financeiras lastreadas por débitores (b)	28.984	50.230	29.298	99.476
Certificado de depósito bancário (c)	70.269	—	70.269	—
<b>Total de títulos mantidos para negociação</b>	<b>99.253</b>	<b>50.230</b>	<b>99.567</b>	<b>99.476</b>

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento em até 90 dias; (b) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento acima de 90 dias; (c) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## 4. CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER - FINANCIAMENTOS PRODZ: (i) Contas a Receber:

## Controladora Consolidado

	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Creditos a vencer	84.211	92.948	89.330	99.145
Vencidos:	14.075	21.725	129.196	120.631
De 1 a 30 dias	(4.773)	(6.227)	(8.137)	(9.993)
De 31 a 60 dias	—	—	—	—
De 61 a 90 dias	2.321	2.897	24.944	17.934
De 91 a 180 dias	6.875	5.173	10.149	7.034
De 181 a 360 dias	(3.419)	(3.122)	(3.419)	(3.122)
Mais de 360 dias	5.777	4.948	31.674	21.846
<b>Total</b>	<b>93.513</b>	<b>108.446</b>	<b>210.389</b>	<b>209.783</b>

Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa

Total circulante

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seu valor justo. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

Valores a vencer

Vencidos:

De 1 a 30 dias

De 31 a 60 dias

De 61 a 90 dias

De 91 a 180 dias

De 181 a 360 dias

Mais de 360 dias

Total

Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa

Total circulante

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro 2023

Créditos reconhecidos (baixados/utilizados) no exercício

Créditos baixados definitivamente da posição

Variação cambial

Saldo em 31 de dezembro 2024

Créditos reconhecidos (baixados/utilizados) no exercício

Variação cambial

Saldo em 31 de dezembro de 2025

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor da garantia real. A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber *Impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

(ii) Contas a Receber - Financiamentos PRODZ: A ProdZ Administração e Gestão de Bens Ltda ("ProdZ") é um braço financeiro da Companhia que realiza atividades de concessão de linhas de crédito para financiamento de máquinas aos clientes, a fim de fomentar novos negócios. A movimentação dos saldos de contas a receber dessa entidade estão demonstrados abaixo:

Circulante

Cientes no país

Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa

Não Circulante

Cientes no país

Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa

Os saldos de contas a receber dos financiamentos PRODZ no ativo circulante em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão distribuídos conforme segue:

Valores a vencer

Vencidos:

De 1 a 30 dias

De 31 a 60 dias

De 61 a 90 dias

De 91 a 180 dias

De 181 a 360 dias

Mais de 360 dias

Total

Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa

Total circulante

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, da PRODZ, está distribuído conforme segue:

Valores a vencer:

2027

2028

2029 e após

Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa

Total - não circulante

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE:

FINAME a vencer

FINAME aguardando liberação (a)

Circulante

Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa

FINAME a vencer

FINAME aguardando liberação (a)

Não circulante

Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa

Total

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados. FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo às condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento. Adicionalmente, consideram-se para definição das condições de financiamento as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda, e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - é representada por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.

(b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra estimativa de perda para eventual não realização desse saldo no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor das contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos em que a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. Além disso, o saldo de R\$ 15 refere-se a juros a incorrer sobre títulos renegociados, credora no ativo (R\$ 12.336 em 31 de dezembro de 2024).

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução são registradas valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado,

## ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

QUINTA-FEIRA, 05 DE FEVEREIRO DE 2026

ESTADÃO RI | 3

## ROMI3

B3 LISTED NM



itag

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o montante de R\$2.715 (R\$592 em 31 de dezembro de 2024) no ativo circulante, e R\$13.156 (R\$9.190 em 31 de dezembro de 2024) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os valores a receber - repasse FINAME fabricante, controladora e consolidado, classificados no

• continuação



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de janeiro de 2024 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária em 12 de março de 2024 foi autorizada a distribuição de lucros no exercício de 2023. A Companhia recebeu dessa distribuição no primeiro trimestre de 2024 o montante de R\$5.041. Adicionalmente, a Companhia recebeu distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$3.632 a ser submetida para aprovação na AGO - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025 totalizando o montante de R\$8.676. (c) Aumento de capital na subsidiária PRODZ, até 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$49.249 havia sido integralizado.

**9. Saldos e Transações com Partes Relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os saldos e as transações com partes relacionadas são as seguintes.

## (i) Saldos Patrimoniais - Controladora:

## Controladas Diretas

Romi Europa  
Romi Itália  
Romi BW Machine Tools  
Irsa Máquinas México  
Rominor Comércio  
Prodz

	Contas a Receber	Contas a Pagar	
31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Romi Europa	18.080	15.048	200
Romi Itália	2.182	6.663	—
Romi BW Machine Tools	9.820	14.529	213
Irsa Máquinas México	22.338	20.923	17
Rominor Comércio	3.548	3.632	—
Prodz	—	—	33.082
<b>Total</b>	<b>55.968</b>	<b>60.795</b>	<b>33.512</b>
<b>Controladas Indiretas</b>			<b>41.429</b>
B+W - Burkhardt + Weber	14.851	19.491	335
Romi France S.A.S.	14.927	11.091	—
Romi Máquinas España S.A.	12.951	10.452	—
Romi Machines UK	16.865	9.115	13
<b>Total</b>	<b>59.594</b>	<b>50.149</b>	<b>348</b>
<b>Circulante</b>	<b>115.562</b>	<b>110.945</b>	<b>33.860</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>24.596</b>	<b>27.728</b>	<b>12.709</b>
<b>Total</b>	<b>115.562</b>	<b>110.945</b>	<b>41.878</b>

## (ii) Transações:

Romi Europa  
Rominor Comércio  
Rominor Empreendimentos  
Romi Itália  
Romi BW Machine Tools  
Romi France S.A.S.  
Romi Machines UK  
Irsa Máquinas México  
B+W - Burkhardt + Weber  
Romi Máquinas Españas  
Prodz

	Receita de venda de produtos	Resultado operacional e financeiro	
31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Romi Europa	4.646	6.468	505
Rominor Comércio	51	48	—
Rominor Empreendimentos	36	26	—
Romi Itália	7.615	4.702	—
Romi BW Machine Tools	5.457	8.450	874
Romi France S.A.S.	6.132	5.641	—
Romi Machines UK	9.108	5.047	124
Irsa Máquinas México	5.186	4.477	45
B+W - Burkhardt + Weber	12.189	9.513	—
Romi Máquinas Españas	2.905	973	—
Prodz	84	80	—
<b>Total</b>	<b>53.410</b>	<b>45.425</b>	<b>1.548</b>
<b>Controladora e Consolidado</b>			<b>1.587</b>

O principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas. A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, seguindo os termos e condições acordados entre elas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração. A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita acumulada até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$159 (R\$156 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotoria de Justiça. As doações acumuladas até 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$1.265 (R\$1.204 em 31 de dezembro de 2024). As remunerações do pessoal-chave da Companhia, que são os administradores, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são como seguem:

Honorários e encargos  
Participação nos resultados  
Plano de previdência privada

Assistência médica  
Controladora

Honorários e encargos das empresas controladas

## Consolidado

O valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de março de 2025.

**10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR:** Os impostos e as contribuições a recuperar estão representadas a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
IRRF	11.047	8.451
IPI	4.602	4.989
ICMS	470	428
PIS	422	390
COFINS	1.529	585
<b>Total Controladora</b>	<b>12.300</b>	<b>8.748</b>
<b>Impostos a recuperar de subsidiárias</b>		
9.521	9.861	
<b>Total Consolidado</b>	<b>21.821</b>	<b>18.609</b>
<b>Não Circulante</b>		
IRPJ CS a recuperar (Processo Selic) (a)	47.204	62.792
ICMS	3.232	2.777
OUTROS	25	24
<b>Total Controladora</b>	<b>50.461</b>	<b>65.593</b>
<b>Impostos a recuperar de subsidiárias</b>		
6	6	
<b>Total Consolidado</b>	<b>50.467</b>	<b>65.599</b>

a) Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de indébitos tributários - Processo Selic. Em 20 de março de 2019, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança na qual busca a recuperação de tributos que julga ter pago indevidamente nos últimos cinco anos, em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e resarcimento de créditos tributários. Tal matéria foi submetida ao rito de repercussão geral em 24 de setembro de 2021, onde ao julgar o recurso extraordinário número 1.063.187, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros na restituição e resarcimento de créditos tributários, conforme transcrito a seguir: "É inconstitucional a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes a taxa Selic referente em razão de repetição de indébito tributário". A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo dois principais pronunciamentos analisados: (i) CPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; e (ii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o CPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro seria o pronunciamento mais aplicável a essa situação, em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro. Tais pronunciamentos requerem que a Companhia avale se é "mais provável do que não" que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma ação judicial contínua, o resultado da desreconhecimento representaria os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do quarto trimestre de 2025: (i) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R\$13,3 milhões. A ação judicial continuou tramitando, houve reconhecimento do direito de compensação quanto aos indébitos tributários, porém não em relação às variações monetárias ativas vinculadas aos depósitos judiciais realizados. Em razão disso, a ROMI interpuscos diversos recursos, considerando que o tema era objeto de discussão no STJ (Tema 504) e, posteriormente, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.813, ajuizada em abril de 2025 pela Confederação Nacional de Saúde, cujo objeto também se relacionava às variações monetárias ativas incidentes sobre depósitos judiciais. Com a decisão proferida em novembro de 2025, que negou seguimento à ADI nº 7.813, e diante da remota possibilidade de reversão, ainda que mediante a interposição dos recursos cabíveis, bem como considerando a fase processual em que se encontra a ação promovida pela Companhia, conclui-se pela ausência de base jurídica suficiente para manutenção do crédito tributário associado aos depósitos judiciais. Assim, diante da ausência de fundamentação para discussão do tema na esfera judicial, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, decidiu, no 4º trimestre de 2025, desreconhecer o crédito tributário relativo aos depósitos judiciais que havia sido reconhecido em 30 de setembro de 2021. Os efeitos desreconhecimento representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do quarto trimestre de 2025: (i) despesas financeiras: R\$ 6,8 milhões; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R\$13,3 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, do saldo da rubrica "Impostos e contribuições a recuperar" no não circulante, R\$ 47.204 são referentes a este processo (R\$62.792 em 31 de dezembro de 2024).

**11. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO:** Em 2012, a Administração da Companhia decidiu, com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedade para investimento são de R\$13.500 (R\$13.500 - em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$13.854 (R\$14.283 - em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo a Companhia contratou avaliadores independentes, que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, o qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$110.661 (R\$110.661 - em 31 de dezembro de 2024) na controladora e R\$114.318 (R\$114.318 - em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. Em abril de 2022, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") houve o lançamento do leilamento fechado Villa Romi Residence. Atualmente, o empreendimento encontra-se em fase final, e na posição de 31 de dezembro de 2025, possui sete terrenos disponíveis para venda, e não sendo esperados impactos significativos decorrentes do referido empreendimento. Em 25 de julho de 2024, por meio de sua subsidiária Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. "Rominor Comércio", celebrou a venda de imóvel com terceiros, cujo objeto foram os terrenos localizados na (I) Rua Papa Pio XII, com área total de 3.368 m<sup>2</sup> em Santa Bárbara d'Oeste e (II) o predio industrial localizado na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1200 contendo 1.142,97 m<sup>2</sup> de área construída e edificado sobre o terreno (i). O resultado da venda no terceiro trimestre de 2024 foi classificado na linha de "Outras receitas operacionais, líquidas", com impacto de R\$10.000 no resultado operacional e de R\$9.636 no lucro líquido, sendo que o pagamento foi recebido em sua totalidade no ato da assinatura da escritura. Em setembro de 2025, por intermédio da controlada Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio"), em parceria com a CPR4 Santa Bárbara d'Oeste Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., foi realizado o lançamento do empreendimento imobiliário denominado Condomínio Adara Residence, localizado na Rua Duque de Caixas em Santa Bárbara d'Oeste/SP. A operação estabelece a venda do terreno, com valor mínimo de venda, sendo devido à Rominor Comércio o percentual de 12,5% sobre o Valor Geral de Vendas (VG) esperado. O montante correspondente foi reconhecido no quarto trimestre de 2025 nas rubricas "Outras receitas líquidas" e "Contas a receber", totalizando R\$ 12.106. O efeito líquido no resultado do exercício foi de R\$ 11.711.

**12. IMOBILIZADO:** A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	Controladora					
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.997	218.601	534.131	13.091	4.579	37.100
Adições	—	1.418	45.973	644	1.013	538
Baixas	—	—	(66.187)	(59)	(158)	(196)
Transferências para Estoque de máq.	—	—	(22.987)	—	—	(22.987)
Transferências para Estoques de máq.	—	—	(10.955)	—	—	(10.955)
Transferências para Estoques de máq.	—	—	(19.955)	—	—	(19.955)
Transferências para Estoques de máq.	—	—	(10.955)	—	—	(10.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.997	221.979	592.230	13.676	5.434	37.442
Adições	—	171	47.012	1.108	770	

• continua



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a taxa nominal de 5,79% ao ano). (c) Em 10 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovaram a contratação de Financiamento no âmbito do Programa BNDES "Mais Inovação - Aquisição de Bens Inovadores", com a finalidade de propiciar financiamento aos clientes da Companhia para aquisição de seus produtos, no valor total de R\$100.000, Índice de correção TR (Taxa de Referência) acrescido de Spread do BNDES, tendo como garantia a hipoteca sobre os imóveis de propriedade da Companhia objeto das matrículas nº 34.310 e 69.544, registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Santa Bárbara d'Oeste, SP, conforme os termos e condições aprovados pelo Comitê de Crédito e Operações do BNDES na Dec. CCOp nº 183/2024 - BNDES e nº 52/2024 - FINAME, ambas de 12/1/2024. (d) Em 12 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira Banco do Brasil S.A., no valor de até €5 milhões, com prazo de até 1 ano e taxa efetiva de até 4,7% ao ano, prestação com aval da subsidiária Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. (e) Em junho de 2023, a subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W") firmou contrato de financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. (Nassa Branch) no valor de €3,5 milhões (equivalente ao montante atual de R\$18.910), pelo prazo de 3 anos, com garantia através de aval da Companhia. O financiamento tem juros fixos de 5,7% ao ano, são devidos trimestralmente. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Em setembro de 2024, a subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W") firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de €3 milhões, pelo prazo de até 1 ano, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de até 5,25 a.a. %. (f) Em 29 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade Supplier Credit), objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação para suas subsidiárias, nos termos das Decisões CCOp\_06/2022 - FINAME e CCOp\_20/2022 - BNDES, nos valores equivalentes a até (i) US\$ 8.000 ao custo financeiro proveniente da "Euro Area Yield Curve" fixado em 0,131415% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, e (ii) €10.000 ao custo financeiro proveniente da "Euro Area Yield Curve" fixado em 0,131415% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, ambos com (a) prazo de 4 anos, com pagamento semestral e vencimento da primeira parcela de principal no 12º mês a contar da data do embarque ou consolidação de embarques, e (b) garantia fidejussória pela Companhia, para a totalidade da dívida, por meio de endoso (ou cessão de crédito), com direito de regresso em favor do BNDES ou FINAME, conforme aplicáveis, nos títulos de crédito representativos do pagamento das exportações. (g) Em 04 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação Financiamento no âmbito do Programa BNDES "Brasil Soberano Crédito Emergencial - Giro Diversificação", com a finalidade apoiar o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, valor de até R\$200 milhões, com prazo até 31 de dezembro de 2030 e taxa de 3,53% a.a. Essa captação aplica-se aos covenants de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75, a ser calculado ao fim do exercício fino em 31 de dezembro de 2026. Restrição à distribuição de lucros acumulados durante 2025-2027, respeitadas as disposições do artigo 45, alíneas a e b e parágrafo único do Estatuto Social da Companhia que permite que, no exercício em que atendido o disposto no Estatuto com relação à destinação dos lucros, ainda houver saldo de lucro, este seja distribuído como dividendo, respeitando as disposições legais e demais disposições estatutárias aplicáveis; Obrigação de manter ou ampliar o nível de empregos conforme critérios definidos no contrato.

## Controladora Consolidado

Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
<b>212.429</b>	<b>69.368</b>	<b>281.797</b>	<b>212.429</b>	<b>180.942</b>	<b>393.371</b>
62.121	108.098	170.219	62.066	126.316	188.382
(70.856)	(68.706)	(139.562)	(70.856)	(144.540)	(215.396)
(13.765)	(1.529)	(15.294)	(13.765)	(3.287)	(17.052)
—	15.921	15.921	—	63.455	63.455
13.037	3.206	16.243	13.037	3.566	16.604
—	—	—	—	35.043	35.043
<b>202.966</b>	<b>126.358</b>	<b>329.324</b>	<b>202.911</b>	<b>180.942</b>	<b>464.407</b>
200.000	92.575	292.575	200.000	92.575	292.575
(15.508)	(46.671)	(62.180)	(15.508)	(59.435)	(74.943)
(22.732)	(5.124)	(27.856)	(22.732)	(5.424)	(28.155)
—	4.813	4.813	—	(17.383)	(17.383)
13.197	5.978	19.176	13.197	7.080	20.277
—	—	—	—	(45.495)	(45.495)
<b>377.923</b>	<b>177.929</b>	<b>555.852</b>	<b>377.923</b>	<b>233.414</b>	<b>611.282</b>
37.257	41.673	78.930	37.257	92.552	129.809
340.666	136.256	476.922	340.666	140.807	481.473
<b>377.923</b>	<b>177.929</b>	<b>555.852</b>	<b>377.923</b>	<b>233.359</b>	<b>611.282</b>

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamentos de juros

Variação cambial e monetária (principal e juros)

Juros no final do exercício

Variação crédito rotativo (líquido)

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamentos de juros

Variação cambial e monetária (principal e juros)

Juros no final do exercício

Variação crédito rotativo (líquido)

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

## Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2025

Novas captações

Pagamento do principal

Pagamento de juros

Juros no final do exercício

• continuação



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. (b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de preços das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alterando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com reparticipações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alterações nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar estadunidense e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores. Riscos tributários: esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação às ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido. Risco de crédito: adém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuirem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos financiamentos são apresentados na Nota 13. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pela rubrica financiamentos:

	2026	2027/2028	2029/2030	Consolidado
Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
133.834	129.483	170.812	—	434.129
156.283	116.070	125.459	12.371	410.184
<b>73.925</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>73.925</b>

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

Financiamentos

FINAME Fabricante

Fornecedores

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as divisões financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## Em 31 de dezembro de 2024

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3

B3 LISTED NM



itag

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

e intangíveis com vida útil definida, e, caso necessário, efetua o teste de impairment a fim de concluir sobre a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável destes ativos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizado teste de impairment para a UGC Máquinas Burkhardt+Weber ("B+W") que possui ativo intangível de vida útil indefinida e para a UGC de Fundidos e Usinados, que apresentou indicativos de impairment. A diretoria da Companhia estimou os valores recuperáveis da UGC Máquinas B+W pelo valor em uso e da UGC de Fundidos e Usinados com base no valor justo líquido das despesas de vendas, conforme divulgado nas Notas 12 e 13, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos este assunto como principal assunto de auditoria pois, além da relevância dos saldos, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da diretoria da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis destas UGCs, e consequentemente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos auditores efetuaram testes de impairment para todas as UGCs da Companhia. • Confronto das informações e premissas utilizadas nos testes de impairment da UGC Máquinas B+W, quando aplicável, com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. • Com o apoio dos nossos especialistas em avaliações de ativos, para a UGC Máquinas B+W, realizamos testes sobre a razoabilidade dos modelos de cálculo e das premissas significativas utilizadas pela Companhia para o cálculo do valor em uso, bem como efetuamos teste de sensibilidade sobre as premissas. • Com apoio dos nossos especialistas em avaliação de ativos, avaliamos a competência e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia, bem como, realizamos testes sobre a razoabilidade do modelo e das premissas adotadas para a avaliação do valor justo líquido das despesas de vendas dos ativos da UGC Fundidos e Usinados. • Efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o tema nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis destas UGCs, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas são consistentes com as evidências obtidas. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tornadas em conjunto. **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Controladora e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Controladora e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tornadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamo-nos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinarmos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 3 de fevereiro de 2026

Diogo Maros de Carvalho  
Contador  
CRC 1SP248874/O-8

Os diretores inframencionados, declaram que o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional aqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente  
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente

Santa Bárbara d'Oeste, 03 de fevereiro de 2026

Fábio Barbanti Tajar - Diretor

Douglas Pedro de Alcântara - Diretor

Mauricio Lanzellotti Lopes - Diretor  
Tales Caires Aquino - Diretor

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores inframencionados declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de Revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ROMI S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente  
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente

Santa Bárbara d'Oeste, 03 de fevereiro de 2026

Fábio Barbanti Tajar - Diretor

Douglas Pedro de Alcântara - Diretor

Mauricio Lanzellotti Lopes - Diretor  
Tales Caires Aquino - Diretor

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Márcio Guedes Pereira Júnior - Coordenador

Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho

Antônio Carlos Bonini Santos Pinto

Ana Carolina Ribeiro Strobel

O Comitê de Auditoria e Riscos da ROMI S.A. ("Comitê"), eleito em 11/03/2025, no período entre sua eleição e a presente data se reuniu ao todo 6 vezes, sendo 4 reuniões com a presença do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, para análise das Informações Financeiras Trimestrais e Demonstrações Financeiras em conjunto com o Conselho Fiscal e a Auditoria Independente; 3. Carta de Recomendações da Auditoria Independente; 4. Orçamentos 2026 da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Riscos; 5. Plano de Auditoria realizado em 2025 e proposto para 2026; e 6. Programa de Compliance e Sistema de Gerenciamento de Riscos, incluindo Canal de Denúncias, Comitê de Diversidade e Inclusão, Questionário de Integridade do Instituto Ethos e implementação de práticas ESG, incluindo as recomendações das normas S1 e S2. Considerando a análise dos assuntos acima, incluindo as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2024, o Comitê conclui que a Companhia se encontra em conformidade com as normas legais, regulatórias, estatutárias e suas políticas.

Santa Bárbara d'Oeste, SP, 02 de fevereiro de 2026